



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM- 27 a 28 de agosto de 2007

## **Lazer, turismo e Área Natural Protegida: o patrimônio cultural enquanto equipamento de lazer na Floresta Nacional de Ipanema (SP)<sup>1</sup>**

Maria Helena Mattos Barbosa dos Santos<sup>2</sup>  
Universidade Federal de São Carlos

### **Resumo**

A presente pesquisa procurou compreender o potencial que o patrimônio cultural da Floresta Nacional de Ipanema (FLONA Ipanema – SP) apresenta para a prática do lazer e do turismo em áreas naturais protegidas, bem como apontar os equipamentos de lazer que esta possui e que estão diretamente relacionados com interesses artísticos e intelectuais do lazer. Os procedimentos metodológicos adotados para essa pesquisa foram o método qualitativo, a metodologia de estudo de caso, as técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e observação livre. Os resultados indicam que a FLONA Ipanema constitui um espaço propício ao desenvolvimento de atividades de lazer e de turismo, que priorizem os interesses artísticos e intelectuais, pois nessa floresta nacional existe um patrimônio cultural material que, segundo o referencial teórico do lazer, pode ser classificado como equipamento específico de lazer.

**Palavras-Chave:** Lazer; Turismo; Patrimônio Cultural; Área Natural Protegida.

### **Introdução**

A importância e a relevância das áreas naturais protegidas para a proteção, conservação e preservação do meio ambiente natural, conseqüentemente da biodiversidade e dos ecossistemas presentes nos territórios que as compõem tem sido, a algum tempo, a temática de estudo de pesquisadores das mais diferentes disciplinas científicas.

Contudo, as investigações sobre a importância dessas áreas naturais protegidas para as práticas de lazer e, mais especificamente, para o uso turístico, com a conseqüente elaboração de documentos disciplinando e regulamentando o uso público de tais áreas, começaram a ser desenvolvidas, no Brasil, apenas a partir de 2000, a exemplo da elaboração e promulgação da Lei n.º 9.985, que implementa o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho - Interfaces com o Lazer e Entretenimento do IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo.

<sup>2</sup> Bacharel em Turismo pelo Centro Universitário Ibero-Americano (UNIBERO-SP) e Mestre em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI-SC), atual docente da Universidade Federal de São



O desenvolvimento de atividades de lazer e de turismo nas áreas naturais protegidas também constitui uma prática recente, inclusive, porque tais áreas começaram a ser criadas no Brasil a partir de 1937, porque as atividades efetivamente de lazer também surgiram apenas após a consolidação das leis trabalhistas (Era Vargas) e, porque os valores que orientaram a escolha dessas áreas para o desenvolvimento do lazer surgiram no interior do movimento ambientalista (CURY, 2005).

Pimentel (2006, p. 54) informa que o movimento ambientalista surge no decênio de 1960, como uma reação à modernidade, configurando-se como

[...] um movimento de rejeição ao modo de vida industrial, particularmente ao consumismo, defendia o retorno às formas singelas de contato com a natureza, resgate de rituais ancestrais, constituição de comunidades auto-suficientes, novas relações de experimentação do corpo e busca de novos paradigmas científicos e tecnológicos.

Observa-se a partir do exposto acima que, a percepção das possibilidades de desenvolvimento do lazer em áreas naturais protegidas, historicamente, remete ao uso dos elementos naturais enquanto cenário ou base para tais práticas. Tal fato tem acarretado o subaproveitamento dos elementos culturais existentes nesse tipo de área, como o que se constata no caso específico da Floresta Nacional de Ipanema (FLONA Ipanema), que também possui elementos culturais passíveis de serem utilizados nessas práticas de lazer.

Com o objetivo de ampliar as discussões acerca do desenvolvimento do lazer nas áreas naturais protegidas, recorrendo-se ao uso dos elementos culturais presentes nestes espaços, esta pesquisa procurou compreender o potencial que o patrimônio cultural da Floresta Nacional de Ipanema apresenta para a prática do lazer e do turismo em áreas naturais protegidas, bem como apontar os equipamentos de lazer que esta possui e que estão diretamente relacionados com interesses artísticos e intelectuais de lazer.

Os procedimentos metodológicos adotados para essa pesquisa foram o método qualitativo, a metodologia de estudo de caso, as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental.

Por fim, o fato de esse estudo constituir um estudo inicial da possibilidade de inter-relação entre as temáticas do lazer, do turismo, da cultura e das áreas naturais protegidas, não



se observará ainda à apresentação de dados concernentes a atividades que foram ou serão desenvolvidas na FLONA Ipanema abarcando tais temáticas, de projetos de lazer ou turismo que tenham como objeto o patrimônio cultural e que estejam sendo desenvolvidos nessa unidade de conservação, bem como sobre a visão dos funcionários e gestores desta área acerca da importância que espaços como este, do ponto de vista do lazer, tem para o desenvolvimento do ser-humano e para o desenvolvimento da sociedade, inclusive na perspectiva da adoção de práticas e comportamentos mais sustentáveis.

### **Lazer e Turismo**

O turismo, considerado aqui essencialmente como um fenômeno social, constitui um desdobramento do fenômeno do lazer, visto que, tanto um quanto o outro, são produtos de uma sociedade urbana industrial, marcada pela ampliação do trabalho profissional, pela regulamentação das leis trabalhistas, pela dissociação entre o tempo de trabalho e o tempo de não-trabalho e pelo surgimento de uma noção de tempo linear.

A noção de tempo de não-trabalho tem sido frequentemente mencionada como sendo equivalente a concepção de tempo livre, pelo senso comum, fato equivocado que expressa não apenas a pouca compreensão do fenômeno do lazer e de sua importância para a sociedade contemporânea, mas também a falta de percepção sobre o grau de condicionamento social existente nas escolhas feitas pelos indivíduos, acerca do usufruto desse tempo de não-trabalho. Para De Grazia, segundo a análise de Bruhns (2002, p. 26-27)

O tempo livre nasceu do tempo do relógio do mundo industrial, regido pela noção dominante de tempo linear, o qual não se repete, estendendo-se ao longo de uma linha reta, medido por unidades sucessivas. [...] no mundo industrial contemporâneo prevalece o tempo linear: objetivo, universal, irreversível, não-projetável, quantitativo ou dividido em unidades não-elásticas e não-comprimíveis. Essa concepção atrelou-se ao controle e disciplina do tempo de trabalho e não-trabalho, permeados pela lógica da produtividade.

É nesse tempo supostamente livre, no qual o indivíduo está livre de suas obrigações institucionais, ou seja, aquelas que para Dumazedier (1979, p. 92; 94) “[...] são impostas por organismos constitutivos da própria sociedade: instituições profissionais, familiares, sócio-



espirituais, sócio- políticas” além das educacionais, que há o usufruto do lazer, fenômeno que esse autor conceitua como

[...] a um conjunto mais ou menos estruturado de atividades com respeito às necessidades do corpo e do espírito dos interessados: lazeres físicos, práticos, artísticos, intelectuais, sociais, dentro dos limites do condicionamento econômico social, político e cultural de cada sociedade. São tais atividades que iremos chamar de lazeres. Seu conjunto constitui o lazer. Este conjunto é determinado pelo trabalho e pelas outras obrigações institucionais, mas veremos que, com a aproximação do estágio pós-industrial, ele tende cada vez mais a atuar sobre as próprias instituições que os determinam.

O lazer, portanto, se considerado como um fenômeno, tempo ou um conjunto de atividades que se desenvolve no tempo livre do ser-humano e que objetiva o mais livre desenvolvimento deste, prescinde do maior grau possível de liberdade para que possa se constituir como um tempo ou uma *práxis* que alimenta as transformações do indivíduo. Isto porque, a presença do mais elevado grau de condicionamento interior/autocondicionamento, possibilita ao indivíduo a concretização do objetivo maior do lazer, que em síntese é o de instrumentalizá-lo para alcançar a liberdade plena, o que seria factível por meio da adoção de uma conduta essencialmente criadora, norteadas pela sua própria necessidade e que “[...] deve transformar a realidade da qual o homem faz parte. Isso supõe uma atitude crítica e comprometida para modificar e construir – a si mesmo e a sua sociedade” (WAICHMAN, 1997).

O alcance dessa liberdade, por parte do ser-humano, segundo Dumazedier (1980, p. 110), se dá por meio da satisfação de três funções principais, que são o descanso, a diversão e o desenvolvimento e também, por meio da realização de atividades relacionadas aos interesses do lazer – interesses práticos, artísticos, intelectuais, sociais e físicos.

Por interesses físicos esse autor entende não apenas a prática de exercícios físicos e do esporte, mas até de forma mais importante, “[...] a possibilidade de suscitar atitudes ativas, durante a utilização do tempo livre”, ou seja, implica

[...] uma participação consciente e voluntária na vida social e cultural; exige sempre um progresso livre pela busca, na utilização do tempo livre, de um equilíbrio pessoal, na medida do possível, entre o repouso, a distração e o desenvolvimento contínuo e harmonioso da personalidade (DUMAZEDIER, 1980, p. 111).



Os interesses práticos, por sua vez, compreendem atividades de cultura manual (trabalhos de agulha, costura, culinária, marcenaria entre outros) e de jardinagem, enquanto que os interesses artísticos relacionam-se à arte erudita, à arte popular, à arte tradicional e à cultura de massa. Já os interesses intelectuais compreendem as atividades voluntárias altamente ligadas à sensibilidade coletiva e individual, à difusão e apreensão de conhecimentos, sejam esses da cultura popular ou não, com a conseqüente aplicação desses conhecimentos à realidade e ao desenvolvimento cognitivo (DUMAZEDIER, 1980).

Por fim, os interesses sociais, que visam o desenvolvimento da sociabilidade no âmbito de cada um dos interesses do lazer anteriormente mencionados, podem ser específicos também a cada tipo de atividade desenvolvida em cada um desses interesses, comuns a diferentes atividades ou ainda comuns à todos os outros interesses do lazer (DUMAZEDIER, 1980).

Quanto mais distante o indivíduo estiver de alcançar os elementos pontuados como componentes do lazer, mais próximo este estará da ocupação de um tempo disponível e sua transformação em um tempo liberado, de ter esse tempo sendo gasto de forma alienada, sem que haja relevante acréscimo de valor à sua vida e à sua forma de organização do tempo. Quer se com isso um distanciamento entre a noção freqüentemente explicitada pelo senso comum de que lazer e ociosidade são equivalentes, pois há aqui a compreensão de que esse segundo termo aproxima-se da concepção de tempo liberado, sendo que as atividades nele realizadas têm o único intuito de promover a recuperação do indivíduo para a sua posterior atuação no trabalho (DUMAZEDIER, 1980; WAICHMAN, 1997).

Diante das informações até aqui apresentadas, observa-se que a prática do lazer depende, para o seu desenvolvimento, de um período de tempo com características específicas – tempo livre de obrigações institucionais – de um espaço – que tanto pode ser uma área rural quanto uma urbana, o ambiente doméstico quanto o extra-doméstico – e de atividades de lazer, que devem possuir caráter liberatório, hedonístico, desinteressado e pessoal, as quais podem, inclusive, abrigar como uma de suas expressões a atividade turística (DUMAZEDIER, 1979).

A consideração do turismo como um fenômeno que se insere no campo do lazer, na sociedade moderna, é também ressaltada por Dumazedier (1994, p. 38), quando afirma que

O turismo é um fenômeno histórico sem precedentes, na sua extensão e no seu sentido; é uma das invenções mais espetaculares do lazer na sociedade



moderna. [...] Deve-se considerar também que a prática das grandes viagens está ainda longe de ser uma via de acesso popular à descoberta, à poesia, à felicidade; e tampouco é necessário demonstrar que esta conquista do tempo livre representa a descontração mais forte no equilíbrio de um ano de labuta. Assim, observamos que este grande bloco de tempo livre (o das férias) inspira os modelos de blocos de tempo de fim de semana. [...] Nestas condições, é cada vez menos possível considerar o tempo livre apenas como um “complemento” do tempo de trabalho. Ele tem suas exigências próprias que tendem [...] a impor-se à própria organização do trabalho.

Nas áreas rurais e mais especificamente naquelas porções territoriais dotadas predominantemente de elementos do meio ambiente natural, a exemplo das Áreas Naturais Protegidas, identifica-se a oferta de recursos não tão comuns no cotidiano da maioria dos seres-humanos que possibilitam o desenvolvimento de atividades diferenciadas de lazer e de turismo, tais como as práticas recreativas de educação ambiental; as práticas recreativas de desenvolvimento da percepção ambiental e de sensibilização do indivíduo para a importância da sua conservação; as atividades de *outdoor education*<sup>3</sup>; atividades turísticas relacionadas ao turismo alternativo, turismo de natureza, turismo de aventura, turismo ecológico e ao ecoturismo; as atividades esportivas individuais ou coletivas entre outros.

As atividades passíveis de serem realizadas nesse tipo de espaço, em geral, estão associadas aos interesses físico e social do lazer, visto que tais espaços privilegiam a interação entre os seres-humanos e destes com o meio ambiente natural, bem como a prática de atividades físicas como, por exemplo, práticas recreativas, caminhadas, escaladas, alpinismo, *rafting*, *mountain biking*, *raids*, corridas de aventura, *jogging* etc. Mas, a consideração dos interesses intelectuais, artísticos e práticos do lazer é pouco freqüente quando se pensa no lazer em áreas naturais protegidas ou quando se elaboram programas de atividades para tais áreas, restringindo-se, normalmente, a pontuar como atividades que se enquadram nesses interesses àquelas que buscam a apreensão de conhecimentos sobre ecologia ou sobre a história dos bens culturais eventualmente presentes nesses espaços.

Uma visão limitada das diferentes possibilidades de inter-relação entre as temáticas do lazer, do turismo, da cultura e das áreas naturais protegidas, por parte dos gestores e funcionários responsáveis pelo uso público das áreas em que esse tipo de atividade é permitida, restringe o uso dos elementos culturais presentes nesses espaços enquanto instrumentos para o desenvolvimento cultural dos visitantes/turistas, o que configura um

<sup>3</sup> Para maiores informações consultar SERRANO, 1997.



problema ainda maior para o desenvolvimento cultural da sociedade, visto que esses gestores e funcionários ignoram o papel desses espaços também na seleção individual das referências materiais, intelectuais, simbólicas, artísticas, afetivas e de valores indispensáveis à formação do arcabouço cultural do indivíduo e de um grupo social.

A relação dos seres-humanos com os espaços/ambientes com os quais convivem, sejam estes compostos predominantemente de elementos naturais ou socialmente construídos, passa pelo reconhecimento das características desses ambientes, pela atribuição de valores aos elementos que os compõem e pelo uso de parte destes nas atividades cotidianas desses indivíduos. Essa relação, portanto, é parte de um processo de desenvolvimento cultural do indivíduo, possível em razão das transformações ocorridas no interior desse indivíduo e também da transformação parcial ou total desses espaços/ambientes, que se processa mediante o estabelecimento, por parte do indivíduo, de diálogos simbólicos com os elementos externo a este.

A associação convencional que se faz entre cultura e objetos de construções velhas e não “antigas”, parece ter gerado a noção de que a cultura é sempre algo externo ao indivíduo, que depende deste para ser criada, mas não depende deste para existir, e que se materializa em uma forma objetiva e concreta, com volume dimensionável e palpável. Contudo, a cultura em seu sentido mais amplo, de acordo com o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (2000, p.272),

[...] pode ser considerada atualmente como o conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. Concorda também que a cultura dá ao homem a capacidade de refletir sobre si mesmo. É ela que faz de nós seres especificamente humanos, racionais, críticos e eticamente comprometidos. Através dela discernimos os valores e efetuamos opções. Através dela o homem se expressa, toma consciência de si mesmo, se reconhece como um projeto inacabado, põe em questão as suas próprias realizações, procura incansavelmente novas significações e cria obras que o transcendem.

Como ressalta Durham (1984), a concepção de cultura deve estar associada ao processo de produção e uso de bens culturais do qual o ser humano depende para atuar na sociedade, para organizar a sua vida, sendo que a cultura, uma vez elaborada, gera um produto que constitui a base para a sua recriação e que, fundamentalmente, não objetiva sanar





necessidades materiais, já que nem todo elemento pertencente da cultura possui utilidade prática.

Independentemente de uma definição mais específica, a cultura e seus elementos ou bens são dotados de uma significação cultural, ou seja, um valor histórico, social, estético, ou científico, atribuídos pelas gerações passadas ou presentes e ligado às gerações futuras, bem como de uma substância, que constitui o conjunto de materiais utilizados para a composição física do bem (CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS, 2000).

A representação da cultura, segundo Ferrara (2002), dá-se através do uso de símbolos, que propiciam a compreensão da manifestação cultural e que naturalmente sofrem ressignificações, de acordo com a natureza, modo ou forma que se apresentam. Esses símbolos que representam a essência de uma determinada manifestação cultural – dinâmica –, para se expressarem de forma mais concreta, materializam-se em bens culturais, que independente de já terem sido reconhecidos ou não, constituem elementos do patrimônio cultural, compreendido pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (2000, p. 275) como “[...] as obras materiais e não materiais que expressa a criatividade [...]” do povo que as elaborou.

Como ressalta Camargo (2004), as práticas de lazer normalmente realizadas fora do ambiente doméstico da população, compreendem um conjunto de atividades de lazer pouco procurado pela sociedade, o que não quer dizer que não há um processo de produção cultural por essa sociedade. Há sim, historicamente, uma apropriação e desenvolvimento da cultura historicamente relacionado com construção ou fortalecimento das relações sociais, que com a inclusão dos meios de comunicação de massa, especialmente da televisão, foi redesenhada e surgiu na sociedade um novo tipo de prática de “lazer”, diretamente relacionado com os novos valores sociais difundidos.

Sem desvalorizar outras mudanças, as noites hoje são dominadas em geral pelo espetáculo da televisão, que ocupa em média a metade do tempo livre da semana (16 horas) com mais ou menos 2h30min por noite, às quais devem acrescentar-se aproximadamente duas horas de rádio. [...]. Mesmo as informações são transformadas em espetáculo. A conversação não morreu, mas mudou, incluindo agora um terceiro grupo, o dos atores, apresentadores e estrelas da TV, novos convidados da noite. [...] (DUMAZEDIER, 1994, p. 37).





Mas, apesar das atividades de lazer realizadas fora do ambiente doméstico caracterizarem-se pela riqueza de eventos, episódios, acontecimentos, de criatividade e por facilitarem os processos de transformação individual e coletiva, estas não são mais importantes que as desenvolvidas no ambiente doméstico, pois tais atividades apenas apresentam a restrição de que

[...] a vida doméstica pode induzir à reprodução cultural, à menor exposição a formas variadas de sociabilidade, a um baixo nível de intercâmbio e de participação na sociedade, na cultura, na política e mesmo na religião. Assim se explica e se justifica todo o empenho das políticas públicas de cultura em tirar o indivíduo de casa para praticar exercícios físicos, esportes, ir ao teatro, às exposições, aos cursos voluntários, às bibliotecas, às praças, aos parques, às reuniões de associações etc.

Essa insistência em tirar o indivíduo de dentro de sua casa é, aliás, o único incentivo que existe para a educação informal, aquela que se processa espontaneamente no cotidiano, e que pode se reduzir à exposição às mídias que seguram dentro de casa, ou ampliar-se infinitamente nas relações fora de casa, seja nas conversações, seja no desfrute do espaço urbano, seja em compromissos voluntariamente assumidos (CAMARGO, 2004, p. 257).

Há que se levar em conta que os preconceitos surgidos em torno das atividades surgidas no interior da vida doméstica, por sua vez, não apresentam argumentos para se afirmar que o lazer extradoméstico

seja por si só uma garantia de solução para a segregação sociocultural. A valorização publicitária de certos modelos de lazer, inacessíveis à grande maioria da população, e as políticas fechadas de clubes, que selecionam seus associados pelo preço de títulos (que pode chegar a US\$ 30 mil), mostram que a cultura extradoméstica pode ser uma saída para as mazelas da cultura vivida dentro de casa se, e apenas se, o poder público e as associações privadas sem fins lucrativos com preocupação educativa trabalharem articuladas no estudo e encaminhamento de soluções. É importante mencionar aqui que, no lazer extradoméstico, aparecem as interseções entre lazer e turismo. Sair de casa para se divertir leva o indivíduo à dinâmica turística de mudança de paisagem, de ritmo e estilo de vida, mesmo que, por motivos puramente técnicos, se considere o turismo apenas a permanência fora de casa por mais de 24 horas (CAMARGO, 2004, p. 258).

### **Floresta Nacional de Ipanema**

A região em que se encontra sediada a Floresta Nacional de Ipanema foi inicialmente ocupada por populações indígenas Tupinanbás e Tupiniquins passando, em fins do século



XVI, a adquirir importância comercial devido as primeiras atividades relacionadas à exploração do minério de ferro no território nacional, matéria prima abundante na localidade, empreendida pelo bandeirante Afonso Sardinha e seu filho<sup>4</sup>. Em decorrência dessa descoberta e de sua exploração, em 1810, por meio de uma carta régia, D. João VI criou a Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, às margens do Rio Ipanema<sup>5</sup> – que atravessa a Floresta –, a qual esteve em atividade até 1895 e propiciou a visita da Família Real Brasileira à Fazenda Ipanema, bem como de D. Pedro II, nos anos de 1846, 1871, 1875 e 1886 (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2003).

As construções erigidas no período em que existia a Fazenda Ipanema e que constituem as mais antigas edificações da FLONA Ipanema, provavelmente em homenagem aos membros da Família Real, são uma edificação (residência) e o Portal da Maioridade de D. Pedro II, os quais datam de 1842, e que foram tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)<sup>6</sup>, em 1964 (Ibid.).

A partir do período que compreende a Guerra do Paraguai, 1865 a 1870, esta Fazenda recebeu novas atividades e funções, tais como a de ser sede da fábrica de armas brancas; abrigar um depósito e quartel (1895); servir à exploração de apatita – para a produção de superfosfato na Serra Araçoiaba (de 1926 a 1943); à realização de ensaios com sementes e máquinas agrícolas pelo Centro de Ensaios e Treinamento de Ipanema (CETI/CENTRO – de 1943 a); à exploração de calcário para a produção de cimento (de 1950 a 1970), que levou com a criação da Fábrica de Cimento Ipanema (Ciminas) entre outros; servir como sede para o Centro Nacional de Engenharia Agrícola (CENEA) a partir de 1975, e em 1986, para o centro de pesquisas da marinha para o desenvolvimento de reatores para submarinos nucleares (ARAMAR) – atividade que permanece ativa na FLONA Ipanema e que atualmente ocupa 78 ha de sua área. Contudo, a área que correspondia à Fazenda Ipanema, ao longo do tempo, acompanhando as novas atividades ali instaladas e também as suas novas funções esta se

<sup>4</sup> A exploração do minério de ferro foi possível devido a implantação dos primeiros fornos para a fundição de ferro do Brasil, fato que deu início às atividades industriais do setor siderúrgico no país, que propiciaram a criação do Estabelecimento Montanístico de Extração das Minas de Sorocaba, instituição que posteriormente passou a ser denominado de Real Fábrica de Ferro de Ipanema (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2003).

<sup>5</sup> Em tupi-guarani, Ipanema significa “[...] Rio pobre, água pobre, sem valia, sem peixes” (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2003, p. 21).

<sup>6</sup> Corresponde à área da edificação que antigamente sediava a fábrica e onde atualmente funciona o Museu Nacional do Ferro, área essa tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), inscrição no Livro Histórico nº 376- B, processo nº 0727-T-64, datado de vinte e quatro de setembro de 1964.



manteve como propriedade do governo nacional, mas passou a ser gerenciada por diferentes órgãos do poder público, a exemplo do Ministério da Guerra (a partir de 1895), do Ministério da Agricultura (de 1937 a 1990) e, por fim, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (1990), instituição esta última que propiciou a criação da Unidade de Conservação em questão (Ibid.).

A área que atualmente conforma a FLONA Ipanema, de acordo com o seu Plano de Manejo, é dotada da maior biodiversidade do interior desse Estado, pois está localizada em uma região de Tensão Ecológica na qual está presente a matriz de Floresta Estacional Semidecidual, elementos de Floresta Ombrófila Densa, Ombrófila Mista e inclusive de Cerrado. A conservação dos remanescentes da vegetação de mata atlântica, em grande parte viabilizada pela condição da topografia do território que a compreende, foi um dos fatos responsáveis por conferir a esta área o *status* de área natural protegida, que é uma das três Florestas Nacionais do Estado de São Paulo e uma das sessenta e três existentes no país (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2003; INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2007; INSTITUTO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2007).

Os elementos que conformam os ecossistemas dessa Unidade de Conservação coexistem com um conjunto de outros elementos, de natureza cultural, que compõem o patrimônio cultural material da FLONA Ipanema, segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (2003), é composto de três sítios arqueológicos, de edificações (residenciais, administrativas e industriais), de monumentos e de equipamentos industriais (fornos, subestação de energia etc.) e do primeiro cemitério protestante do Brasil. Parte desse patrimônio, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2006), é constituído por “[...] remanescentes de arqueologia industrial do primeiro complexo funcionante para exploração e fabricação do ferro no Brasil [...]”, visto que esse sistema de siderurgia começou a ser criado aproximadamente em 1589 e permaneceu ativo até fins do século XIX, com a produção de armas brancas, equipamentos agrícolas e grades.



Foi em decorrência da denominação Fazenda Ipanema que se originou a denominação Floresta Nacional de Ipanema, Unidade de Conservação de Uso Sustentável<sup>7</sup>, criada em vinte de maio de 1992 (Decreto nº 530), que possui uma área de 5.069,73 ha, abarcando os municípios de Iperó, Araçoiaba da Serra e Capela do Alto, com acessos pela Rodovia Presidente Castelo Branco (SP 28, saída 99B), seguida da Rodovia Dr. Antonio Pires de Almeida/ Rodovia Emerenciano Prestes de Barros (SP 097, Sorocaba – Porto Feliz) e Rodovia Raposo Tavares (SP 270, Km 112,5) (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2003).

De acordo com Magalhães (2001), a FLONA Ipanema também integra o Pólo de Ecoturismo das Serras Paulistas, um dos noventa e seis Pólos de Ecoturismo delineados pelo Projeto Pólos de Ecoturismo do Brasil, que foi desenvolvido pela a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) em parceria com o Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB). A inclusão da FLONA nesse Pólo, que também congrega os municípios de Atibaia, Santana de Parnaíba, Mairiporã, São Roque e Pirapora do Bom Jesus, deu-se pelo fato dessa área, assim como outras no país, possuir um elevado potencial para o desenvolvimento de atividades ecoturísticas.

O zoneamento ambiental feito no período de elaboração do Plano de Manejo dessa Unidade de Conservação subdividiu a área total (5.069,73 ha) desta em seis zonas, definidas como Zona Intangível (1.117,29 ha), Zona Primitiva (2.273,6 ha), Zona de Uso Intensivo (38,50 ha), Zona Histórico-Cultural (9,59 ha), Zona de Recuperação (372,93 ha), Zona de Uso Especial (27,49 ha) e Zona de Produção (1.230,33 ha), sendo que, dessas seis zonas, três comportam a prática de atividades de lazer – a Zona Primitiva, a Zona de Uso Intensivo e a Zona Histórico-Cultural (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2003).

Especificamente na Zona de Uso Intensivo, o Plano de Manejo da FLONA Ipanema identifica que duas áreas do território total propiciam a prática de atividades dessa natureza, sendo uma a Área de Lazer da Lagoa do Alvarenga – com área de 5.300 m, gramada, localizada próximo de uma estrada, dotada de estacionamento e normalmente utilizada para

---

<sup>7</sup> A Unidade de Conservação de Uso Sustentável caracteriza-se por ser “[...] permitido o aproveitamento econômico direto de forma planejada e regulamentada. São identificadas como Unidades de Uso Direto. Estão incluídas nesta categoria as Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas, Reservas de Fauna, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas Particulares do Patrimônio Natural” (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2003).



pesca – e a outra, a Área de Lazer do Lago e Represa Hedberg – com área de 25.000 m, localizada nas margens do lago, arborizada, dotada de cinco quiosques com mesa e churrasqueira, chuveiros e banheiros, parque com brinquedos para crianças e lanchonete no quiosque central. Apesar dessas áreas mencionadas nesse documento como específicas para o lazer, há ainda na FLONA Ipanema a Zona Histórico-Cultural, que contém diferentes elementos culturais (edificações e objetos) que constituem equipamentos de lazer e que podem ser utilizados para o desenvolvimento de atividades ou programas de lazer, especialmente àqueles voltados para os interesses artístico e intelectual do lazer, bem como alguns locais para pesca, diferentes trilhas, as edificações do Centro de Visitantes, do Centro de Vivência e do Centro de Treinamento, o Mirante da Chilena e uma quadra (Ibid.).

De acordo com as possibilidades de classificação de um espaço enquanto equipamento de lazer, fornecido por Santini (1993, p. 47; 50-51), a Floresta Nacional de Ipanema é considerada um equipamento de lazer, o qual é definido como “[...] o conjunto de instalações que servem de apoio para tais atividades [...]”. Detalhando ainda mais a caracterização desse equipamento de lazer, a FLONA Ipanema é classificada como um específico de lazer, não comercial, de área rural, que segundo o critério de uso e composição é considerado um macro-centro polivalente, já que pode atender a elevados contingentes de visitantes e a diferentes funções, como por exemplo as funções cultural, social e associativa, de expressão física e atlética, recreativa e de turismo, além de caracterizar-se de acordo com seu tamanho como um equipamento macro-periférico.

Mas, além do conceito supracitado de equipamento de lazer, Santini (1993) salienta que há um outro conceito também válido, o qual entende que equipamentos de lazer “[...] são instalações específicas [...] onde o que prevalece é o uso dado a elas [...]”, conceito esse que permite também classificar como equipamentos de lazer da FLONA Ipanema o patrimônio arquitetônico lá existente, bem como as áreas de pesca, os quiosques, o parque com brinquedos infantis, os lagos, as trilhas, o mirante, a quadra e algumas edificações acima mencionadas.

Portanto, constata-se que a FLONA Ipanema figura como um espaço relevante para a prática de atividades de lazer e de turismo, pois essa Unidade de Conservação congrega diferentes elementos naturais e culturais capazes de estimular o desenvolvimento mais amplo do visitante/turista que a visita, explorando o seu desenvolvimento cognitivo, sensório-motor, afetivo e físico, além de ter a possibilidade de propiciar a sensibilização destes para questões



políticas, ambientais e sociais, que prescindam ou não de mudanças comportamentais para a sua resolução.

### **Considerações Finais**

Os resultados desse estudo indicam que a FLONA Ipanema constitui um espaço propício ao desenvolvimento de atividades de lazer e de turismo, que tenham com foco os interesses práticos, físicos, artísticos, intelectuais e sociais do lazer, pois além dessa que essa unidade de conservação possuir uma história de uso relacionada ao desenvolvimento tecnológico e científico nacional, ao incremento profissional e econômico local e nacional e ao desempenho de atividades militares, a Unidade de Conservação em si pode ser caracterizada como um equipamento de lazer, bem como o conjunto de elementos culturais que nesta existem, segundo o referencial teórico do lazer, podem ser classificados também como equipamentos específicos e não-comerciais de lazer.

Assim, reconhecer a importância do desenvolvimento de formas de lazer que façam uso mais intenso dos interesses artísticos, intelectuais, sociais e práticos do lazer, considerando uma inserção mais criativa, responsável e comprometida deste último no meio ambiente natural, poderá formar um contexto e um cenário mais profícuo para o desenvolvimento do lazer e de suas práticas no âmbito da sociedade moderna, atendendo de forma mais assertiva os objetivos do lazer, que visam o desenvolvimento integral do ser humano, por meio da respectiva melhoria da qualidade de seu tempo disponível, transformando-o cada vez mais em tempo livre.

Atividades de lazer e de turismo que façam uso da informação, da cultura, dos bens culturais e do patrimônio cultural como atrativos, torna-se um fator primordial para que produtos e destinos turísticos desenvolvam-se em consonância com as novas tendências mundiais de desenvolvimento social, econômico e turístico – maximizando a geração de resultados positivos para a sociedade – e para que haja a agregação de valor à experiência do turista e ao produto turístico, que tem como objetivo principal a oferta de equipamentos e atrativos voltados ao desfrute do lazer.





## Referências

- BRUHNS, Heloisa Turini. De Grazia e o lazer como isenção de obrigações. In: BRUHNS, Heloisa Turini (Org.). *Lazer e ciências sociais: diálogos pertinentes*. São Paulo: Chronos, 2002. (Coleção Lazer, esporte & sociedade)
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. Sociologia do Lazer. In: ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (Org.). *Turismo*. Como aprender, como ensinar. 3. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004. v 2. p. 235-275.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. Declaração do México: Conferência mundial sobre as políticas culturais. In: CURY, Isabelle (Org.). *Cartas Patrimoniais*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. p. 271-280.
- CURY, Mauro José Ferreira. Lazer em Parques Nacionais. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Ed.). *Análises Regionais e globais do turismo brasileiro*. São Paulo: Roca, 2005. p. 567-576.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. Tradução: Silvia Mazza e Jorge Guinsburg. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979. (Série Debates)
- DUMAZEDIER, Joffre. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. Tradução: Regina Maria Vieira. São Paulo: SESC, 1980. (Biblioteca Científica – Série Lazer 3)
- DUMAZEDIER, Joffre. *A revolução cultural do tempo livre*. Tradução: Luiz Octávio de Lima Camargo. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1994. (Cidade aberta)
- DURHAM, Eunice Ribeiro. Texto II. In: ARANTES, Antonio Augusto (Org.). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 23-58.
- FERRARA, Lucrecia D`Alessio. O turismo dos deslocamentos virtuais. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 15-24.
- USO PÚBLICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, ano 02, n. 02, out. 2004. (Cadernos de Conservação)
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. *Plano de Manejo da Floresta Nacional de Ipanema*. Brasília: IBAMA, 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. *Flonas*. Disponível em: < <http://www.ibama.gov.br/flonas/home.php>>. Acesso em: 30 jul. 2007.
- INSTITUTO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Unidades de Conservação. Disponível em: < <http://www.iflorestal.sp.gov.br/>>. Acesso em: 30 jul. 2007.
- MAGALHÃES, G Wendel de (Coord.). *Pólos de Ecoturismo: planejamento e gestão*. São Paulo: Terragraph, 2001.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação*. Brasília: MMA, 2006.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc.pdf>> . Acessado em: 27 jun. 2007.
- WAICHMAN, Pablo. 1997. *Tempo livre e recreação*. Tradução: Jorge Peres Gallardo. Campinas: Papirus. (Coleção Fazer/Lazer)
- PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Aventuras de lazer na natureza: o que buscar nelas? In: BRUHNS, Heloisa Turini; MARINHO, Alcyane (Orgs). *Viagens, lazer e esporte*. Barueri: Manole, 2006.
- SANTINI, Rita de Cássia Giraldini. *Dimensões do lazer e da recreação – questões espaciais, sociais e psicológicas*. São Paulo: Angelotti, 1993.